

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO OESTE CATARINENSE, NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX¹

ENVIRONMENT AND SOCIETY: THE TRANSFORMATIONS IN THE LANDSCAPE OF THE CATARINENSE WEST, IN THE SECOND
HALF OF THE XX CENTURY

Samira Peruchi Moretto*
samirapm@gmail.com

RESUMO: O Oeste de Santa Catarina passou por diversas transformações ambientais, em sua maioria provocados pela antropização da paisagem. O desmatamento foi intensificado na primeira metade do século XX, após o processo de ocupação da região e em função das atividades madeireiras. Com o desmatamento houve uma redução do volume madeirável, possibilitando a intensificação de outras atividades econômicas, como agropecuária e monocultura de árvores exóticas. Estas atividades, alteraram significativamente os grupos sociais que viviam na região. O objetivo deste artigo é analisar o processo histórico da transformação ambiental no Oeste catarinense, após o processo de ocupação da região. Para atingir os objetivos propostos utilizaremos como fontes: relatórios de governo, censos demográficos, relatórios das companhias colonizadoras, os periódicos regionais e estaduais e a legislação federal. Na década de 1960 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e promulgado o Código Florestal em 1965, que atuaram de forma intensa na região. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a Mata Atlântica passa a ser considerada patrimônio nacional, havendo, de certa maneira, maior controle nas ações sobre o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Desmatamento, História Ambiental, Oeste de Santa Catarina.

ABSTRACT: The West of Santa Catarina underwent several environmental transformations, mostly caused by the anthropization of the landscape. Deforestation intensified in the first half of the 20th century, after the occupation of the region and due to timber activities. With the deforestation there was a reduction in the timber volume, allowing the intensification of other economic activities, such as agriculture and monoculture of exotic trees. These activities, it significantly altered the social groups that lived in the region. The objective of this article is to analyze the historical process of environmental transformation in the West of Santa Catarina, after the process of occupation of the region. In order to achieve the proposed objectives we will use as sources: government reports, demographic censuses, reports of colonizing companies, regional and state newspapers and federal legislation. In the 1960s the Brazilian Forestry Development Institute (IBDF) was created and the Forest Code was promulgated in 1965, which acted intensely in the region. Only with the promulgation of the 1988 Federal Constitution does the Mata Atlântica become a national patrimony, having, to some extent, greater control over actions on the environment.

KEYWORDS: Deforestation, Environmental History, Western Santa Catarina.

Na primeira metade do século XX, após o processo de colonização no Oeste de Santa Catarina, houve a intensificação do desmatamento em função das instalações das madeireiras e início das atividades agrícolas. A venda da madeira foi caracterizada como a atividade de maior importância em diferentes regiões do estado. A segunda metade do século XX trouxe a

¹Parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no projeto “Desbravando” e transformando: as alterações ambientais no Oeste catarinense, nas décadas de 1960 a 1980. Apoio: Universidade Federal da Fronteira Sul - Bolsista PIBIC/UFS: Michely Cristina Ribeiro. Graduanda da terceira fase do curso de História/UFS.

*Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014), com período sanduíche em California State University, Long Beach (2013). Atualmente é professora efetiva do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

busca por novas atividades para a região, em função do declínio da extração e devido à falta de matéria-prima, com a escassez de árvores. Nesta mesma época surgem duas medidas legais que foram de suma importância para subsidiar as novas investidas. A primeira delas foi a revisão e eventualmente a promulgação do Código Florestal de 1965. A segunda, foi a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970. O presente trabalho propõe como objetivo investigar o processo histórico da transformação ambiental no Oeste do Estado, na segunda metade do século XX.

Muitos trabalhos de inquestionável relevância foram produzidos sobre o processo de ocupação e colonização da região Oeste do Estado de Santa Catarina. Porém, a relação desses grupos sociais com o meio ambiente ainda é tema pouco abordado dentro da História. Desta forma, a História Ambiental vem suprir tais carências, segundo Donald Worster, esta corrente, apresenta-se com uma nova premissa:

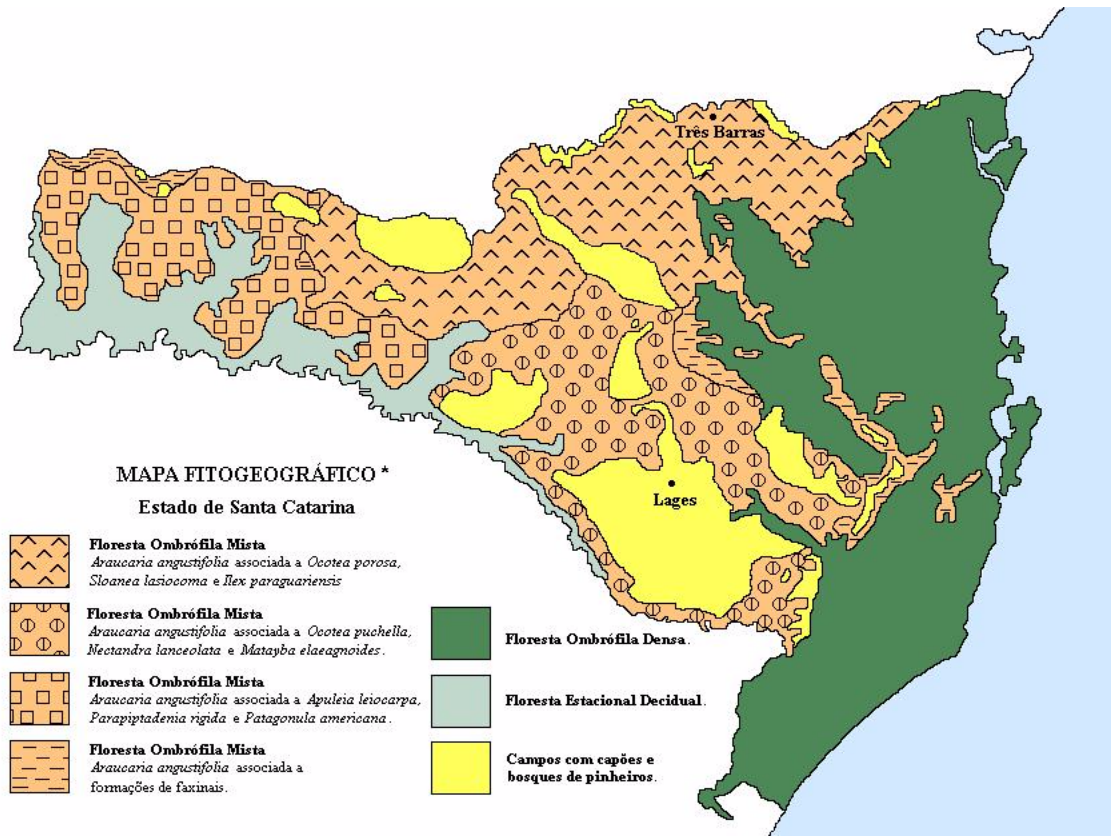
A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WORSTER, 2003, p. 199).

Apresentando a Floresta: a cobertura vegetal do Oeste Catarinense

O Bioma Mata Atlântica, localizado na região Sul e Sudeste do Brasil, possui em torno de 20.000 espécies vegetais, das quais 8.000 são endêmicas. (GIULIETTI, et al., 2007. p.53). Dentre suas variações se encontra a Floresta com Araucária, conhecida como um conjunto vegetacional com fisionomia específicas, recebendo denominações diversas, como: floresta de pinheiros, pinhais, zona de pinhais, mata de araucária, entre outras. A região Oeste de Santa Catarina abrigava cobertura vegetal original, isto é, antes do massivo desmatamento, composta por Floresta Ombrófila Mista (FOM), também conhecida como Mata Preta e pela Floresta Estacional Decidual (FED). Diferenciada da FOM pelos colonos pelo termo Mata Branca, ambas fitofisionomias pertencem ao bioma da Mata Atlântica.

A área ocupada pela Floresta Ombrófila Mista correspondia a 42,5% de toda a vegetação catarinense, totalizando 40.807 km². Atualmente, restam apenas 0,7% de sua área original como pode ser observado no mapa 01.

Mapa 01 - Domínios da Mata Atlântica e associações da FOM no Estado de Santa Catarina



Fonte - KLEIN, R.M. Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” - Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC. 1978, p.22.

A Floresta Estacional Decidual apresenta várias descontinuidades subtropicais situadas na vertente sudeste do Planalto das Araucárias, sobretudo nos divisores dos grandes rios, como Peperi-Guaçú e rio das Antas, onde a largura da abrangência chega aos limites máximos de até 50 km e os divisores do rio Chapecó e rio Irani, onde a largura se restringe a um cordão marginal de apenas de 2 a 3 quilômetros (NODARI, 2012). A FED abrangia inicialmente 9.196 km² da área de Santa Catarina, correspondente a 9,6% da vegetação do Estado, podendo ser observada no mapa 01. Entre as espécies que compõe a FED, podemos citar, por exemplo, o cedro (*Cedrela fissilis*), o angico (*Parapiptadenia rigida*) e açoita-cavalo (*Luehea divoricata*). A degradação ocorrida nesse ecossistema fica evidenciada através dos resultados das análises de unidades amostrais feitas pelo Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC), entre os anos de 2008 e 2009:

Os remanescentes florestais são menores e mais fragmentados do que nas demais regiões fitoecológicas de Santa Catarina. Nenhuma floresta madura foi amostrada, todos os fragmentos analisados encontram-se em sucessão secundária, em estágio médio ou avançado; muitas vezes encontram-se isolados por extensas áreas agrícolas ou pastoris; além disso foram constatadas frequentemente ações degradadoras como pastoreio,

exploração seletiva ou corte raso dentro da floresta, impactando certamente muito mais profundamente os ecossistemas do que é possível avaliar no momento (VIBRANS et al., 2013, p. 15).

A descrição da floresta, que era explorada e alimentava a economia no oeste do Estado, também era destaque nas manchetes dos jornais da região, na década de 1950. Lourival Bastos de Menezes, agrônomo e ecologista, publicou no jornal *O Imparcial*, em 1952, a descrição da cobertura vegetal que encontrou em viagem partindo do meio-oeste de Santa Catarina (Joaçaba) e chegando ao oeste (Chapecó):

Pude enumerar as seguintes associações e situações geobotânicas 1) Campo do Irani; 2) Fachinais ralos, entremeados com os campos anteriores; 3) Vegetação com aspecto de “cerrados”, em Ponte Serrada; 4) Fachinal típico, em Fachinal dos Guedes; 5) Manchas ou formações de mandioca brava, adiante de Xaxim; 6) Manchas de mataria primitiva com mato... branco em vários logares; 7) Grupos de pinheiros finos, de cerca de 0,40 de diâmetro, não aproveitáveis para taboados e sim, para “linhas de construção”- em fachinal magro; 8) Butiazeiros junto com campo, ou associado ao pinhal escasso, ou enfim, dentro do mato baixo e pouco sombreado; 9) Orla de pinhal de primeira qualidade, densa, e, mais ou fundo, “mato branco” puro ou com pinhal; 10) Manchas do solo com erva-mate; 11) campos magros, secos, com “barba de bode”, muito erodados; 12) Mistura de campo fraco, erval, pinhal e mato bom; 13) idem e fachinal comum; 14) Fachinal com imbúias muito grossas (solo parecido com as “caivas” de Rio Negrinho 15) Pastos artificiais; 16) Timbosais espontâneos (*Piscidia erylhrina*, V). (MENEZES, 1952, p. 2).

A cobertura florestal descrita por Lourival Bastos de Menezes, sofreu significativa alteração nas décadas seguintes, havendo uma descaracterização da floresta no local. Diferentes espécies vegetais, que eram vistas em abundância, foram desmatadas em detrimento a instalação de atividades de agropecuária na região.

Povoação e desmatamento: a influência das companhias colonizadoras

São relevantes as variações no modo em que grupos étnicos diversos interagem com o ambiente no qual estão inseridos, desta maneira, temos a necessidade de identificar quais eram os grupos presentes na região (NODARI, 2009). A intensificação nas transformações ambientais causadas por interferências antrópicas ocorreu a partir do século XX, ligada ao processo de colonização do local.

Anterior ao processo de ocupação por imigrantes de ascendência europeia, o oeste catarinense era ocupado principalmente por indígenas e caboclos. Os caboclos seriam na definição de Machado (2004, p. 48), “os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor, “não haja uma conotação étnica nesta palavra,

frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”. No entanto, tal denominação recebe também conotação social, sendo os caboclos “homens pobres que se dedicavam a agricultura, criação ou extrativismo, vivendo como sitiantes independentes nos interstícios das grandes fazendas pastoris, na maioria das vezes sendo posseiros, ou agregados ou peões”. (BRANDT; NODARI, 2011).

Depois da criação do município de Chapecó, no ano de 1917, a migração de colonos passou a ser incentivada pelo governo. Esses colonos eram, em sua maioria, “imigrantes alemães e italianos e descendentes de colonos já estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a sua capacidade de colonizar e haviam se mostrado ordeiros e trabalhadores” (NODARI, 2012, p. 39).

No entanto, a presença do imigrante europeu, trouxe embates. O processo de colonização das terras do oeste catarinense é marcado por diversos momentos de conflitos e tensões. Os grupos étnicos, estabelecidos na região no período anterior à comercialização das terras pelas companhias colonizadoras, eram vistos como inferiores. Antonio Selistre de Campos, juiz de Direito que viveu em Chapecó entre 1931 e 1957, já afirmava em 1949 que “a tragédia do Índio, que começou com a entrada dos primeiros colonos portugueses no século XV, continua ainda” (CAMPOS, 1948, p. 80).

A situação dos indígenas era tema frequente dos textos que o juiz publicava nas colunas do jornal *A Voz de Chapecó*. Disputas por terras e o descaso por parte do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) mereceram destaque em suas publicações. Como é o caso do artigo publicado em 1948, intitulado “S.P.I significa – Serviço de Perseguição aos Índios”, no qual Antonio Selistre de Campos discorre a respeito do requerimento de terras indígenas localizadas às margens do rio Chapecozinho, questionando tanto a legitimidade do pedido, quanto a posição do S.P.I:

[...] Em 1923 o sr. A.B.A. requereu, ao governo do Estado, e conseguiu fazer medir, uma área de oitenta e dois milhões de metros quadrados, dentro das terras que lhes estavam reservadas pelo governo paranaense, por Decreto do ano de 1902, aos ditos índios: O Estado do Paraná manteve jurisdição até 1917, nesta zona, quando a mesma passou para Santa Catarina. O requerente da medição não juntou documento algum, título de qualquer espécie, papel de qualquer origem, fosse escritura ou carta, que lhe assistisse direito ou fundamento á sua pretensão. [...] Pois bem, isso que é a lei constitucional, a lei das leis, para o S.P.I. não existe. Logo, não nos venham dizer, que essas iniciais significam-Serviço de Proteção aos Índios, ao contrário, na realidade, querem dizer – Serviço de Perseguição aos Índios,

mas, creiam, não é e não será sem o nosso protesto. [...] (CAMPOS, 1948, p. 64 a 66).

Era fato que os indígenas e caboclos eram desconsiderados pelas autoridades públicas. Muitos dos moradores de origem cabocla que possuíam as terras sob o regime da posse passaram a ser alvo da expropriação de suas terras, pois sua presença poderia trazer obstáculos à colonização e a comercialização das terras. (BRANDT, 2015b). A relação entre caboclos e colonos também era complicada, tanto, como aponta Jaci Poli (1995, p. 100), “quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”, quanto em relação à incompatibilidade entre os diferentes usos da terra. Estes conflitos não cessaram, mesmo com a presença das colonizadoras. Os caboclos e indígenas foram deslocados e posteriormente, trabalhavam como mão de obra, nas atividades madeireiras.

No Oeste de Santa Catarina as agências colonizadoras desempenhavam o papel de vender e distribuir os terrenos para os colonos, ficando responsáveis também, pela limpeza dos terrenos. (RENK, 1997, p. 110). Mesmo havendo a dificuldade de transposição da floresta, as colonizadoras loteavam a região, como a Ângelo de Carli, Irmão & Cia, que vendia os lotes das colônias de Irany e Ressaca, onde atualmente se situa o município de Ponte Serrada. A empresa colonizadora descrevia em sua propaganda a região e a infraestrutura ali existente:

As terras das fazendas de Ressaca e Irany, são em sua maioria cobertas de mata branca, adaptáveis a cultura de todos os gêneros coloniais, e dos mais famosos Hervais ainda em ser desta região. Além das estradinhas carroçáveis por nos construídas, as nossas terras são atravessadas em toda a sua extensão pela única estrada Estadual, desta zona, conservada e cada vez melhorada pelo governo Estadual, pois pela mesma estrada passa a maioria dos produtos comerciais dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, cujas os escoamentos faz pela estação Herval, onde existem importantes Firms compradoras e as quais exportam diretamente para São Paulo e Rio de Janeiro. A sede Ponte Serrada, que com um ano apenas de início já conta com uma bem montada serraria, diversas casas comerciais compradoras de qualquer produto, uma ótima escola dirigida por competente professor, um posto telegráfico, e uma Igreja em construção.(...) (Propaganda de Colonização Ângelo de Carli, Irmão & Cia. Colônias Irany e Ressaca, sem data.)

Muitos dados eram omitidos ou mascarados pelas empresas colonizadoras, para não afastar possíveis compradores. No entanto ao citar a presença de uma serraria no local, mostra o potencial da floresta que existia na região. Durante muitas décadas a região obteve maior parte de seu sustento com o corte e exploração da mata, sem a preocupação de preservação ou manutenção da floresta.

Foi adotado por essas empresas o termo chamado “Limpeza das áreas ou das matas”, que designava a derrubada da floresta com objetivo de estabelecer fazendas, nas áreas antes ocupadas apenas pelas espécies animais e vegetais da floresta. O terreno limpo era mais valorizado pelos colonos, pois para as colonizadoras as áreas de florestas significavam oportunidades de lucros com a exploração madeireira. A derrubada, quando realizada pelos próprios colonos, deveria ser feita o mais rápido possível para as famílias obterem sustento com a prática da agricultura ou pecuária.

A “limpeza das matas” era realizada das mais variadas maneiras, o mais comum era utilizarem machados nas árvores mais finas; enquanto nas mais grossas, fazia-se anéis que propiciavam a secagem e o apodrecimento da árvore. Muitas vezes todos os membros da família se envolviam para acelerar a vinda dos resultados da agropecuária. Pela dificuldade do transporte, muitas famílias deixavam os troncos apodrecerem no local.

Em tais áreas, o pinheiro nativo, a Araucária Brasiliense ou Araucária Angustifólia, era considerado “praga”, que devia ser combatida sem tréguas. O excesso deles desvaloriza o terreno... Os exemplares mais finos, talvez abaixo de 40 cm de bitola, eram derrubados a machado, e as mais grossas, quase sempre imponentes árvores, beirando um século ou mais de existência, eram sacrificadas com o descascamento, na base, de um anel de vinte centímetros de largura, que os fazia secar com relativa rapidez, derrubando as grimpas para depois, com um ou dois anos apodrecerem os imensos troncos, sob a ação destruidora de lagartas e outras parasitas da madeira verde. (COSTA, 1982. Vol. 3, p. 907).

No entanto, após avaliado o potencial madeireiro da araucária, os terrenos com a espécie passaram a serem valorizados, pois a companhia colonizadora ou os próprios colonos obtinham ganhos significativos com a venda das árvores. Como foi observado na propaganda da colonizadora Ângelo de Carli, Irmão & Cia, ter uma serraria por perto, era sinônimo de compradores para as árvores cortadas. Desta maneira, em quase todo o estado foram instaladas pequenas serrarias e madeireiras, além da construção de vias para escoar a madeira, aumentando o corte e os lucros entorno desta atividade.

Após a Segunda Guerra Mundial, a crise agravada pela impotência da exportação madeireira pela Europa impulsionou uma busca mundial por fornecimento de madeira. O Estado de Santa Catarina, com sua reserva ainda vasta de madeira de qualidade, mostrou-se um exportador em potencial. Segundo Carvalho, vários fatores contribuíram para elevação da extração, não apenas os saldos negativos da Segunda Guerra como também as mudanças que estavam ocorrendo no planalto sul-brasileiro nos primeiros anos do século XX.

Concomitantemente, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande teve tanta influência na ascensão da produção madeireira quanto as condições econômicas geradas pela Primeira Guerra Mundial. Projetada desde o final do século XIX como estratégia para a proteção e povoamento dos “sertões” do sul do país, a estrada de ferro foi inaugurada em 1910, num total de 1.403 km entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), cortando amplas extensões de matas praticamente inexploradas do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ligando Santa Maria (RS) a São Paulo (SP), e dessa forma também ao Rio de Janeiro. (CARVALHO, 2010. p. 60).

Mesmo havendo carência de vias terrestres, a exportação das toras não cessou, pois, medidas alternativas foram encontradas, como o transporte fluvial. O Rio Uruguai se tornou um importante aliado para escoar a madeira desta região, as cheias do rio possibilitavam o transporte das toras através de balsas, construídas com as toras que seriam futuramente vendidas. As toras de madeira seguiam o curso do Rio até os portos da Argentina e Uruguai: Santo Tomé, Paso de los Libres e Itaqui. (BELLANI, 1991).

A atividade madeireira se tornou a principal fonte de renda da região e o governo do estado apoiava e subsidiava projetos para dar continuidade às exportações. O Jornal *A Voz de Chapecó*, em 1950, aponta uma das concessões feitas pelo governo para autorizar a venda de Pinheiros, para a Argentina:

Espera-se para dentro de 20 dias a concessão de novos permisos pelo Banco Central da Republica Argentina para a Importação de pinho brasileiro. A crise na exportação dos produtos do Sul do Brasil. Os governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul redigiram um memorial ao Ministro da Fazenda expondo a grave situação que decorre da falta de exportação pelos portos daquelas unidades, decorrentes do reajustamento cambial das moedas de vários países importadores da produção do sul do país. (VOZ DE CHAPECÓ, 1950, p. 14).

O jornal *A Voz de Chapecó*, que começou a circular pela região no final da década de 30, publicou em março de 1950 a seguinte resolução do Instituto Nacional do Pinho, que nos situa quanto ao volume das exportações de madeira:

RESOLVE: ad-referendum da junta Deliberativa

l)- Restabelecer a partir desta data contingente nacionais de exportação de pinho serrado para os mercados platinos; em volumes mensais a serem fixados conforme as possibilidades de colocação do produto naqueles mercados;

II)- Distribuir êsse contingentes entre os Estados exportadores:

- a) – no caso do mercado argentino segundo as seguintes percentagens: 18% para o Paraná, 40% para Santa Catarina e 42% pra o Rio Grande do Sul;
- b) – no caso do mercado uruguaio segundo as percentagens de exportação verificadas no último ano;

III) Determinar ás Delegacias Regionais nos três referidos Estados que reteiem provisoriamente as quantidades;

VI) – Instituir contingentes especial de 2.500.000 pés quadrados mensais para as exportações de pinho serrado, pelo RIO URUGUAI e para os estoques de madeira de balsa atualmente existentes nos seus portos de saída com as exceções prevista no art. 79 da Resolução 101.(VOZ DE CAHPECÓ, 1950, p. 4).

O auge da exploração madeireira na área da FED ocorreu entre os anos 1960 e 1970, e o aumento na extração é justificado, em partes, pela introdução de novas tecnologias que auxiliavam na derrubada das árvores, como a motosserra, por exemplo (NODARI, 2012). Outro fator de destaque é a melhoria nas estradas, facilitando o escoamento da produção (SILVA, BRANDT, CARVALHO, 2015). Assim, a abundância florestal encontrada em Santa Catarina favoreceu a concentração de riquezas centralizadas nos recursos madeiráveis durante a primeira metade do século XX. Conforme consta em uma publicação de 1969 do jornal *Folha d'Oeste*, o General Silvio Pinto da Luz, presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), considerou a exportação madeireira como “a grande alavanca que pode impulsionar rapidamente o desenvolvimento de Santa Catarina” (p. 8).

Mudanças econômicas e sociais foram catalisadas pelo extrativismo vegetal na região. Trabalhadores foram empregados para atender a demanda do setor: responsáveis pelo corte das árvores e por conduzirem as balsas até a Argentina, através do Rio Uruguai. A decadência da atividade madeireira resultou também, em desemprego, durante o processo de transição para as atividades agropecuárias. Com a instalação da agricultura extensiva, ocorreram também expropriações de terras na região.

Os conflitos pela legalização da terra ocorreram principalmente porque após o ciclo da madeira “tinha muitos funcionários das madeireiras que ficaram, que não tinham para onde ir, e ficaram ocupando os lotes” (PRANCUTTI, 2017). Assim, esses trabalhadores usavam a terra para fazer pequenas roçadas de subsistência. Quando as terras passaram a ter maior valor para a agricultura, os agricultores do Rio Grande do Sul que haviam investido na compra

de lotes no oeste catarinense, passaram a reivindicar a posse de seus lotes, que estavam ocupados, principalmente por os ex-funcionários das madeireiras ocupando o local.

No dia 9 de julho de 1970, foi criado pelo Decreto nº 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que incorporou as funções do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se, para isso, o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), mas quatro anos após, havia 82.689 famílias assentadas em quase 4,5 milhões de hectares. Esses números refletiam o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse contexto de tensões, o INCRA chegou para atuar na regularização de posse e indenização dos proprietários. No âmbito estadual, a fundação do Incra ocorreu através da Portaria 2.562, em 30 de novembro de 1972, com sua sede em Chapecó. Para o advogado Antônio Prancutti, ex-funcionário do INCRA, o órgão desenvolveu suas atividades em dois períodos diferentes, sendo que

o primeiro vai de sua criação em 1970 até 1985, período em que o órgão cuidou da regularização fundiária e em um segundo momento, com a redemocratização do país, a partir de 1985, seu trabalho foi direcionado para o assentamento de agricultores rurais sem-terra, ou seja, na execução da reforma agrária propriamente dita. (PRANCUTTI, 2006, p. 22).

Além da necessidade de regularização da situação fundiária, outro fator importante para o estabelecimento do Instituto na região é o de esta ser uma faixa de fronteira. Dessa forma, estava prevista a instalação de uma unidade fundiária em Xanxerê. Em 1985, quando o trabalho do Incra se voltou mais para a questão da reforma agrária, foi feito um compromisso para desapropriação de 20 mil hectares no oeste de Santa Catarina, que seriam destinados ao assentamento duas mil famílias, tudo isso em um prazo de 90 dias (PRANCUTTI, 2017).

O saldo de desapropriações feitas para cumprir o termo de compromisso totalizou 13.005,6400 hectares referentes a propriedades localizadas nos municípios de São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Abelardo Luz, Ponte Serrada e Itaiópolis. Ainda em 1985, outros

4.911.6456 hectares foram desapropriados em Anchieta, Caçador e Matos Costa para o mesmo fim (PRANCUTTI, 2006, p. 26).

Abelardo Luz ainda hoje se destaca nacionalmente pela concentração de assentamentos no município, tendo aproximadamente 1.200 famílias assentadas. Assim como, o município se destaca, por ter remanescentes significativos da floresta de araucárias e abrigada a Estação Ecológica da Mata Preta (ESEC). A ESEC é uma unidade de conservação de proteção integral da natureza, com área total de 6 565,70 há, criada por decreto presidencial em 19 de outubro de 2005 para proteger três fragmentos de Floresta Ombrófila Mista.

Um século de transformação: preservação e Constituição de 1988

Inicialmente, a retirada das florestas era justificada pela necessidade de construção de estradas e criação dos campos destinados à agricultura. A extração desses vegetais poderia ser feita pelas próprias companhias colonizadoras ou pelos colonos que compravam os lotes. A exploração madeireira passou a significar grandes lucros para o Estado devido à quantidade de exportações, feitas principalmente para a Argentina através do rio Uruguai.

A intensa exploração dos recursos florestais e a sua importância econômica apontaram para a necessidade de uma legislação específica que tratasse da preservação ambiental. Com a instituição do Código Florestal de 1965, o reflorestamento passou a ter incentivo fiscal, e parte do imposto de renda poderia ser aplicado no reflorestamento. Entretanto, o interesse demonstrado não era com a preservação da mata nativa, e sim com a questão econômica. Esse fato fica evidenciado em diversos momentos, como, por exemplo, no enunciado da empresa Santa Úrsula Florestal Ltda. publicado no jornal *Folha d'Oeste*: “Vamos devolver à terra o verde de suas florestas – e o faremos com muito patriotismo e amplos lucros” (1970, p. 7).

A própria redação do Código colaborou para que o reflorestamento fosse feito com espécies exóticas em detrimento das nativas, pois não especificava qual deveria ser utilizada, e, portanto, “as espécies exóticas como o *Pinus ssp* e o *Eucalyptus* foram preferíveis não pelo seu valor comercial, mas sim por sua maturidade precoce comparada a espécies nativas” (MORETTO, 2010, p. 137).

Grande parte da legislação de 1965 refere-se ao controle do corte indiscriminado das áreas florestais do país. As primeiras prerrogativas eram referentes às florestas existentes no território nacional e às demais formas de vegetação, que passavam a ser reconhecidas como de utilidade às terras e foram declaradas como bens de interesse comum a todos os habitantes da nação. No mesmo Código, foi definido o que se entendia por pequena propriedade rural ou posse rural familiar, sendo “aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou do extrativismo, cuja área não supere” (LEI Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965). Diversas medidas legitimadas no código afetaram as atividades econômicas da região, e delimitaram novas fronteiras, perante ao uso dos recursos naturais no estado.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado para substituir o Instituto Nacional do Pinho (INP) incentivou, na década de 1960, o plantio de *Pinus spp* na região do Oeste do Estado, considerado, na época, uma alternativa à exploração desenfreada da araucária. Somente após a aprovação da Constituição de 1988, que a Mata Atlântica foi protegida e passou a ser fiscalizado com maior eficácia o manejo florestal sustentável, feitos agora, com espécies nativas. Esse cenário viabilizou incentivos para substituir os plantios de *Pinus spp* por mata nativa, visando a recomposição dos fragmentos florestais remanescentes da região. Sendo assim, na década de 1980, foram tomadas as primeiras medidas efetivas para preservação e conservação da floresta. Emergia também neste período, a agroindústria na região.

Entender o processo de ocupação e de desmatamento da região a partir da História, é analisar a relação dos grupos sociais com o meio circundante, caracterizando-se um dos pressupostos da História Ambiental. Analisar tais processos, traz o entendimento de como a relação de tais grupos com o meio natural, vão além do pragmatismo e adentram questões, sociais, culturais, econômicas e políticas. Podendo desta forma, avaliar os danos e perdas, possibilitando a busca por um convívio sustentável para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950*. Florianópolis: UFSC, 1991.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Orgs.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro e João, p. 11-40, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Memória Incra 35 anos*. Brasília: MDA: Incra, 2006.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçú: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. 2006, 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CAMPOS, Antonio Selistre de. In: CEOM. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org). *A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952*. Chapecó: Argos, 2004.

COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4 v.

Entrevista com Antonio Prancutti, realizada por Dra. Samira Peruchi Moretto e Dr. José Carlos Radin. Chapecó, 05 de maio de 2017.

GIULIETTI, HARLEY, QUEIROZ, WANDERLEY & BERG. Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. Agroecologia*, v.2, n.1, fev. 2007.

IBDF já plantou mais de 480 milhões de árvores e vai a um milhão. *Folha d'Oeste*. Diretores Homero Franco e Gabriel Dezen. Chapecó, 5 de abril de 1969, ano VI, n. 192, p. 8. Acervo CEOM.

Instituto Nacional do Pinho. *A Voz de Chapecó*. Diretor responsável Dr Cis Lourdes Ribas. Diretor geral Olintho Zimmermann. Chapecó, 5 de março de 1950, n. 275, p. 4. Acervo CEOM.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MENEZES, Lourival Bastos de. Cobertura Vegetal e perfis de solo do Município de Chapecó – Sta. Catarina. *O Imparcial: Jornal Independente*. Diretor responsável Paulo Marques. Diretor proprietário Alexandre Tiezerini. Chapecó, 8 de junho de 1952, ano II, n. 63, p. 2 e 3. Acervo CEOM.

Mercado Argentino. *A Voz de Chapecó*. 1 de janeiro de 1950, n 26714, Coluna:3/4. p. 14 Acervo APESC.

MORETTO, Samira Peruchi. *Remontando a floresta: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. P. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, v. 10, Chapecó, p. 71-110, 1995.

Propaganda de Colonização Ângelo de Carli, Irmão & Cia. Colônias Irany e Ressaca. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre, sem data.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel M. X. . Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. 1ed. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v. 1, p. 271-297.

Vamos devolver à terra o verde de suas florestas. *Folha d'Oeste*. Chapecó, 22 de agosto de 1970, ano VII, n. 260, p. 7. Acervo CEOM.

VIBRANS, Alexander C. et al. *Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: resultados resumidos*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2013.

WOSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente e Sociedade*, vol 5, n2. 2003.